
Gilnei Machado²
Marcos Aurélio Saquet³

**ESPAÇO, TERRITÓRIO, PAISAGEM:
EM BUSCA DE UMA LIGAÇÃO
CONCEITUAL¹**

RESUMO: As sociedades determinam as características de seu território revelando-as através da paisagem, isso mostra quão importante é buscarmos a relação existente entre território e paisagem e, sem dúvida, analisar o que consideramos como ponto de partida para esse debate, que é o conceito de espaço. A busca de uma ligação entre essas categorias têm se mostrado um trabalho árduo e difícil de ser alcançado e é por isso que esse artigo tem por objetivo procurar esse elo conceitual entre essas categorias-conceitos. No debate realizado, foi possível perceber que o Espaço, o Território, a Paisagem e o Tempo, se encontram interligados, de uma maneira ou outra, porém, essa conexão se fortalece a medida que também levamos em consideração os chamados “processos de territorialização”, que representam a ação da sociedade sobre o espaço, transformando materialmente sua paisagem e conferindo a este as características de território. Desta maneira, a relação entre os conceitos debatidos é encontrada por meio dos processos de territorialização que em geral se apresentam como formas de alteração da paisagem por meio da atuação da sociedade. Tais processos são essenciais para a compreensão das transformações da paisagem e deveriam ser mais bem utilizados nos estudos e pesquisas realizados sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: espaço, território, paisagem, territorialização

SPACE, TERRITORY, LANDSCAPE: LOOKING FOR A CONCEPTUAL CONNECTION

¹ Este trabalho é fruto de parte das reflexões realizadas na tese de doutorado intitulada “Transformações na Paisagem da Bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e Perspectivas de Desenvolvimento Territorial” apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente.

² Doutor em Geografia, Professor Adjunto no DEGEO/UNICENTRO – Campus de Guarapuava – (042) 3629-3181, Rua Alipio Marcondes, 608, Cep. 85.055-180, Email: gilmachad@yahoo.com.br

³ Doutor em Geografia pela FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente. Professor Adjunto no CCH da UNIOESTE, Rua Maringá, 1200, B. Vila Nova, Caixa Postal 371, Francisco Beltrão/PR, CEP 85605-010, (046) 3520-4848, E-mail: [saquetmarcos@hotmail.com](mailto:squetmarcos@hotmail.com)

ABSTRACT: Human societies determine the characteristics of its territory by revealing the landscape; it shows how important it is to seek the relationship between territory and landscape, and no doubt, examine what we consider as a starting point for this debate, which is the concept space. The search for a connection between these categories has proved a hard work and difficult to achieve and that is why this article aims to search for this conceptual connection between these categories-concepts. In the debate, it was possible to perceive that Space, Territory, Landscape and Time, are interlinked in one way or another; however, that connection grows stronger as we also consider the so-called "territorialization processes", representing the action of society on the space, physically transforming its landscape and giving it the characteristics of the territory. Thus, the relationship between the concepts discussed is found through the processes of territorialization that usually present themselves as forms of landscape change through the actions of society. Such processes are essential to understanding the transformations of the landscape and should best be used in studies and research on the subject.

KEYWORDS: space, territory, landscape, territorialization.

INTRODUÇÃO

O uso do espaço pelo homem remete às profundas marcas que o mesmo imprime à natureza, e remete, portanto, à produção da natureza humana. Através do espaço, a relação entre a sociedade e a natureza, como suposto da produção do homem, evidencia-se como processualidade (DAMIANI, 1999). Um dos resultados da ação humana no espaço é a alteração e modificação deste espaço e do próprio homem, uma vez que,

a ação é um processo, mas um processo dotado de propósito no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo. Esses dois movimentos são concomitantes. Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa (MOLES, 1974, p. 264).

Se a ação é um processo dotado de propósito, ela está ligada ao próprio homem, porque só o homem tem objetivo e finalidades. "As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas, materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais e afetivas (SANTOS, 2002, p. 82).

A ação do ser humano, em conjunto ou isoladamente, ocorre em um espaço que se revela na paisagem, a qual dá forma à ação. Assim

sendo, a paisagem é o resultado da ação humana no espaço, ou seja, o resultado das transformações do espaço pela ação humana. A relação sociedade-natureza apresenta nuances diferenciadas, dependendo da atuação e dos atores envolvidos nesta relação, bem como do contexto social a ela associado.

A relação sociedade-natureza é progressiva e dinâmica. A natureza vai “registrando” a ação do homem e por meio dele adquire diferentes feições, que correspondem às feições do respectivo momento histórico. Cada sociedade determina as características de seu território que, por sua vez, revela-se através da paisagem. Isso mostra quão importante é buscarmos a relação existente entre território e paisagem e, sem dúvida, analisar o que consideramos como ponto de partida para esse debate, que é o conceito de espaço.

Estes conceitos ou categorias espaço, território e paisagem há muito vem sendo trabalhados isoladamente nas ciências humanas e mesmo na Geografia. A busca de uma ligação entre essas categorias têm se mostrado um trabalho árduo e difícil de ser alcançado. Essa dificuldade, possivelmente, tem relação com o grau de especialização em que se encontram os pesquisadores dessas temáticas, isto é, conhecem-se profundamente cada uma delas, mas não se consegue enxergar além dos seus limites e ver a ligação existente entre as mesmas.

Com base no exposto, esse artigo tem por objetivo procurar o elo conceitual entre as categorias-conceitos espaço, território e paisagem a partir de uma análise da relação sociedade-natureza expressa no uso e ocupação do espaço. O mesmo não tem por objetivo analisar aprofundadamente cada um dos conceitos/categorias citados, mas sim levar os leitores a refletirem a cerca de um possível ponto de contato ou elo entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O espaço como ponto de partida

O espaço assumiu importância fundamental para os estudos geográficos já que a natureza, da qual a geografia se ocupava em seus primórdios, foi transformada em seu todo numa forma produtiva. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, sejam estas naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas. Além disso, firmou-se historicamente, como uma das principais categorias da Geografia. Para nós, ele é condição geral e essencial para a existência humana,

de modo que, sem espaço, não há sociedade, pois o espaço é uma necessidade incontestável do ser humano. É por isso que o tomamos como um dos pontos de partida para o debate conceitual deste artigo porque ele é um conceito-chave, como afirmou Corrêa (1995).

Santos (1988, p. 26) destaca que o espaço “não é o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama formado pela sociedade de hoje e o ambiente”. Ele deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam objetos naturais e objetos sociais e a vida que o anima, isto é, a sociedade em movimento. O espaço tem um caráter social e natural ao mesmo tempo.

O autor declara ainda, que o “espaço é (...) uma realidade relacional” (SANTOS, 1988, p. 26). Eis porque sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Sendo assim, pode-se dizer que cinco elementos estão inter-relacionados: tempo–movimento–sociedade–mudança–espaço. É o movimento da sociedade, ao longo da produção de sua história, que provoca as modificações no espaço ao longo do tempo. Desta maneira, pode-se afirmar que a sociedade ao produzir os seus meios de subsistência e mercadológico, produz seu espaço.

No que concerne ao movimento existente no tempo e no espaço, Santos (1982, p. 42) afirma que, “tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto espaço é acumulação, justamente uma acumulação (desigual) de tempos” ou momentos históricos.

Pensar dessa forma, o espaço e o tempo, quando materializados em ações das sociedades, em modos de ser, viver e pensar significa conceber o espaço como contruído historicamente. Pensar o espaço como algo transformado pela sociedade é pensar o espaço da sociedade, o espaço geográfico. Assim, o território, a região e a área são formas de espaço em movimento porque são pensados e organizados pela sociedade (SILVA, 1986).

Santos (1982, p. 42) já afirmava que “seria impossível pensar em evolução do espaço se o tempo não tivesse existência como tempo histórico. A sociedade evolui no tempo e no espaço” e transforma o espaço ao longo do tempo. A sociedade organiza o espaço por meio do trabalho realizado historicamente. Tempo e espaço, desta forma, “são níveis diferenciados de apreensão do real” e constituem, portanto, momentos díspares, mas concomitantes e são um caminho para pensar e concretizar uma intervenção na vida cotidiana (ALVES *et al*, 2004, p. 153).

Compreender o espaço é compreender a realidade em sua

totalidade, como se dá sua formação, organização, modificação e as relações entre os elementos que a compõem. A interpretação da realidade, das formas como a sociedade atua sobre o espaço ao longo do tempo, passa pela utilização de conceitos vinculados diretamente à especificidade teórico-metodológica e epistemológica da geografia, tais como os conceitos de paisagem, espaço e território, os quais são, a nosso ver, indissociáveis. O homem vivendo em sociedade apropria-se do espaço gerando o território e a paisagem, sendo esta última uma manifestação da processualidade histórica da formação de cada território (SAQUET, 2003).

A relação território-paisagem

O conceito de paisagem é fundamental para a compreensão dos aspectos da relação sociedade-natureza. A paisagem revela mudanças e permanências estabelecidas em certo território com o passar do tempo. Por isso, assume centralidade na concepção que estamos elaborando.

O conceito de paisagem originou-se por volta do século XI, época em que foi incorporado ao vocabulário inglês, graças à herança bucólica e artística daquele período (MACHADO, 1988). Nesse sentido, Christofolletti (1999, p. 38), acrescenta afirmando que:

O uso do termo paisagem está relacionado com a palavra italiana *paesaggio*, introduzida a propósito de pinturas elaboradas a partir da natureza, durante a Renascença, significando “o que se vê no espaço”; “aquilo que o olhar abrange [...] em um único golpe de vista”; “o campo da visão”

Deffontaines (1973 *apud* Passos, 1996) corrobora esta visão bucólica de paisagem, mas ao mesmo tempo faz uma distinção clara entre a aplicação científica do termo e a sua utilização no senso comum, afirmando que o mesmo pode descrever um conteúdo emotivo, estético, intrinsecamente subjetivo ao próprio fato. O conceito científico de paisagem, ao contrário, abrange uma realidade que reflete as profundas relações, frequentemente não visíveis, entre seus elementos.

Neste sentido, cabe lembrar Bruneau (1973), que afirmou que “*uma paisagem é tanto o que se vê, como o que é sentido diferentemente pelos homens*”, por isso deverá ser analisada a partir das relações existentes entre os elementos que a compõem, bem como de fatos e dados concretos.

A diferença estabelecida por Deffontaines, no uso científico e

não científico do conceito de paisagem, repousa no ponto de partida estabelecido para a análise da mesma. Enquanto que no senso comum, a paisagem é vista como algo estático, como a externalidade de elementos sociais e naturais representados em um quadro; a mesma é entendida, do ponto de vista científico, como a relação entre todos os elementos que a compõem.

A paisagem precisa ser apreendida por meio de uma metodologia que permita a compreensão da relação existente entre a sociedade e a natureza, em uma perspectiva dinâmica. Desta maneira, se torna imprescindível que se tenha claro que a natureza não apresenta o mesmo significado que a paisagem ou mesmo o espaço, e que esses conceitos não são sinônimos, apesar de apresentarem muitas afinidades.

A natureza precisa ser entendida como algo mais amplo e que existe independentemente da ação humana. A paisagem pressupõe a ação humana (na natureza e no espaço) ao longo de um determinado período de tempo. Como salienta Bertrand (1972), a paisagem é uma produção social e o resultado de uma combinação dinâmica, instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos, que numa relação dialética, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em constante evolução.

Zonneveld (1986) faz uma síntese dos principais elementos que se conectam e interagem na paisagem apresentando uma série de componentes naturais e sociais e entre estes dois tipos de elementos, encontra-se a paisagem a qual é criada, regulada, produzida e transformada de acordo com as funções que os homens lhes atribuem. Os elementos naturais são apresentados como sendo a "base" para as atividades humanas e estão subjugados a tais atividades. Sendo assim, na concepção de paisagem elaborada por Zonneveld, as atividades humanas não existiriam sem os elementos naturais e, por sua vez, a paisagem não existiria sem estes dois elementos. A interação entre os diversos componentes da paisagem faz com que Zonneveld a interprete como um sistema.

Por este ponto de vista, a paisagem torna-se conceito fundamental nos estudos sobre fenômenos geográficos nos quais os elementos naturais e humanos se relacionam para produzir um espaço diferenciado. A paisagem não é, entretanto, como bem salienta Bertrand (1971, p. 02):

a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, numa determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto, instável, de elementos físicos, biológicos e

antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução. [...]. É preciso frisar bem que não se trata somente da paisagem 'natural' mas da paisagem total interagindo com todas as implicações da ação antrópica).

Bertrand (1969 *apud* VICENTE & PEREZ FILHO, 2003) reconhece a paisagem como uma expressão concreta da relação sociedade-natureza sob a perspectiva histórica. O autor ressalta ainda, que tratar da paisagem, implica não só em considerar os seus aspectos naturais, mas também as implicações das ações antrópicas.

Na revisão de sua proposta inicial, Bertrand destaca a importância das *dimensões espacial e temporal* para os estudos geossistêmicos e da paisagem. Segundo o autor, "Precisamos trabalhar com o tempo na história (...) e analisar as mudanças" (BERTRAND, 1998, p.151). A partir dessa abordagem, Bertrand propõe uma análise geográfica do ambiente, através do território e da paisagem (essa é a idéia do GTP – Geossistema, Território e Paisagem). Nessa concepção, ele vê na paisagem um instrumento não só científico, mas de diálogo, com o qual, busca-se entender a diversidade e como as pessoas se organizam, constróem sua identidade e representam seu espaço.

Rodriguez *et al* (2004, p.154), afirmam que a paisagem é "a chave para o prognóstico geográfico". Cada tipo de paisagem é o resultado de forças produtivas em níveis diferenciados e à medida que o homem se confronta com sua natureza exterior, ocorre uma relação que muitas vezes é degradante. Há aí, uma relação espaço-tempo que precisa ser explicitada.

A transformação da paisagem pelas atividades humanas está como já o dissemos anteriormente, intimamente ligada à relação sociedade-natureza, apresentando por isso, um caráter dialético e complexo. É por isso que a busca do elo entre os aspectos naturais e sociais formadores da paisagem tem sido realizada por pesquisadores que apresentam um viés materialista (ou ainda dialético).

Sendo assim, uma primeira observação da realidade, através da sua paisagem indica, mesmo que superficialmente, alguns direcionamentos para a pesquisa. Isso porque, conforme Santos (1997, p. 66) "uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos".

Como corrobora Alves *et al* (2004, p. 155) "as mudanças sociais levam a uma superposição de paisagens". Portanto, para interpretar as formas de transformação da paisagem no espaço e no tempo, não

basta fazer uma análise (pura e simples) da paisagem, pois ela permite apenas supor um passado. Se quisermos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar aspectos da história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história que a sociedade escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história da paisagem, testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado (SANTOS, 2002).

A paisagem é uma parcela fragmentada do real passível de ser apreendida a partir da observação; o que reforça a concepção de paisagem como dimensão aparente da dinâmica territorial. Também pode ser entendida como uma síntese concreta, sendo um conjunto de formas e objetos que expressam *tempos e territórios* diferentes. É por isso que “os geógrafos críticos procuram entender a paisagem como expressão material da evolução da sociedade e do capitalismo” (ALVES *et al*, 2004, p. 158).

O conceito de paisagem carrega em sua formulação a cristalização de diversas dicotomias: homem x natureza, natureza x história, objetividade x subjetividade, essência x aparência.

Para melhor compreensão desta relação, imprescindível se torna analisar o território, que é onde os elementos de ordem cultural, econômica, política e ambiental se encontram. No processo de ocupação do espaço ao longo do tempo ocorre a transformação da natureza, da paisagem e a construção do território.

Entender a relação existente entre paisagem e território não é um trabalho fácil de ser realizado, para isso torna-se de suma importância fazermos uma análise mais acurada do próprio conceito de território, assim como o fizemos com os de espaço e paisagem.

Espaço ocupado: a origem do território

A definição de território presente no “Dicionário de Geografia Humana” (JOHNSTON *et al*, 1994), mostra que o mesmo pode ser entendido como um termo geral usado para descrever uma porção do espaço ocupado por uma pessoa, grupo ou Estado. Etimologicamente, a palavra território, “*territorium*” em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino “terra”. O território, no sentido etológico, é entendido como o ambiente [*environment*] de um grupo, o ambiente de uma única pessoa (seu ambiente social, seu espaço pessoal de vida ou seus hábitos podem ser vistos como um “território”,) no qual a pessoa age ou ao qual recorre.

Para Haesbaert (1997, p. 39-40), o território pode ser classificado

a partir de três vertentes básicas, as quais são:

1) *vertente jurídico-político*, a partir da qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder”;

2) *vertente cultural*, “que prioriza sua dimensão simbólica e mais subjetiva, o território visto como produto da apropriação feita através do imaginário ou identidade social sobre o espaço”;

3) a *vertente econômica*, a qual “destaca a desterritorialização como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

As palavras de Haesbaert permitem-nos perceber que o entendimento de território passa por diferentes interpretações e concepções e que isso é muito bem comportado por este conceito.

Raffestin (1993, p. 143), um dos autores pioneiros na renovação da geografia e do conceito de território, mostra que “espaço e território não são termos equivalentes”. De acordo com o autor, “o espaço é anterior ao território”, o território se forma a partir do espaço. Por isso que, neste artigo, utilizamos o espaço como ponto de partida para a nossa discussão conceitual. Ao se apropriar do espaço a sociedade o territorializa. A produção de um espaço revela relações de poder, exercidas por pessoas ou grupos de pessoas e, sem as quais, não se define território.

Em seu livro intitulado *Por uma Geografia do Poder*, Raffestin (1993) reforça que, entender o território vinculado apenas ao Estado Nacional não é suficiente, uma vez que, o poder não é exercido apenas pelo Estado. Por conseguinte, “todos somos atores que produzimos territórios” (p. 153). Para o autor, o poder é relacional, isto é, está nas relações sociais. Raffestin considera como “trunfos” do poder a população, os recursos e o território, uma vez que, para ele, não há território sem recursos e, muito menos, sem população.

Spósito (2004) salienta que as “fronteiras e limites” do território são importantes elementos a serem considerados. Os limites estão relacionados com os objetos construídos sobre o território, objetos como pontes, estradas, vias férreas, e com atividades de exploração e comercialização de recursos existentes, estabelecimentos de novos usos e substituição dos anteriores.

Os objetos fazem parte do que conhecemos como paisagem, que é a parte visível, externa do território construído pela sociedade. Desta maneira, a paisagem se assimila ao território, mas não é o território: é uma manifestação de sua processualidade histórica.

O território é, nas palavras de Heidrich (2004), antes de tudo,

uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. A ocupação é a mais primordial ação humana que envolve a manifestação do princípio da territorialidade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização complexas. O território é, assim, uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder.

Souza (1995) também entende o território como sendo um espaço definido e delimitado por, e a partir de relações de poder. Essa noção é ratificada por Saquet (2003), que afirma que o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Como essas relações são múltiplas, os territórios também o são, o que revela a complexidade social e as relações de indivíduos ou grupos sociais com uma parcela do espaço relativamente delimitada.

Saquet (2003) afirma que, nas diversas concepções de território, o mesmo aparece compreendido como chão, infraestrutura, área mais ou menos delimitada, formas espaciais/obras, Estado-Nação, local, lugar e relações sociais. Os diferentes empreendimentos e demais atividades econômicas, por exemplo, estão no território e são elementos constituintes do mesmo e seus donos consubstanciam territórios. O debate do conceito de território promovido por Saquet (2004) é enriquecedor para este artigo em virtude do destaque que o mesmo dá às relações de poder, às alterações do território, à presença da natureza e ao desenvolvimento local.

Dematteis (1995) também entende o território como natureza e sociedade. Como condição para que o desenvolvimento social ocorra, como identidades, climas, solos, atrativos paisagísticos naturais, redes de circulação, posses etc. Para Dematteis, o território é cultura, política, economia e natureza. É uma concepção que auxilia diretamente na análise das transformações da paisagem e na elaboração de programas de desenvolvimento.

Nesse sentido, ao debater a concepção de autores italianos acerca do território, Saquet (2004, p.139) chega à conclusão que esse é formado por "habitações, estabelecimentos industriais, financeiros, comerciais e de serviços, pontes, estradas, plantações, pastagens, instituições políticas e culturais, automóveis, antenas, relações sociais, fluxos, conexões, enraizamento e relações de poder". Para o autor, há uma dialética entre os elementos que constituem o território (naturais e sociais).

Por fim, é importante deixar claro, que essa discussão sobre a

construção histórica do território por sociedades que materializam suas ações na paisagem, é central em nosso debate, uma vez que, o objeto ou área de estudo da tese “Transformações na Paisagem da Bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e Perspectivas de Desenvolvimento Territorial” defendida no Curso de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente – na qual iniciamos essa análise, é uma bacia hidrográfica ocupada e transformada ao longo do tempo.

Estudar uma bacia hidrográfica significa analisar uma multiplicidade de relações internas e externas próprias a ela, podendo ser, por isso, considerada como a expressão, em diversas escalas, da interação entre sociedade e natureza que se revela na mudança da paisagem e na constituição histórica do território de cada bacia.

O planejamento do uso e gerenciamento de uma bacia hidrográfica deve adotar uma abordagem de integração dos aspectos ambientais, culturais, econômicos e políticos procurando diminuir os impactos e riscos ambientais. A bacia hidrográfica, nesse sentido, corresponde a um território formado historicamente a partir do espaço. Ela contém a multidimensionalidade do território que precisa ser explicada e gerenciada.

Estudar a bacia hidrográfica implica identificar os seus componentes principais, bem como as relações de contexto histórico. Ela é uma opção importante quando as variáveis ambientais são consideradas, à medida que proporciona o debate entre usuários em torno de um mesmo espaço, com recursos e interesses em comum.

Se, por meio de uma bacia hidrográfica torna-se possível a análise dos aspectos relativos às questões culturais, políticas, econômicas e ambientais; podemos entender a bacia como um território, no qual a ocupação humana produz marcas na paisagem ao longo do tempo. Dessa maneira, reiteramos a relação existente entre o espaço e o tempo, entre a paisagem e o território.

Logicamente que, para adotar essa forma de pensar não podemos entender a bacia hidrográfica como simples área de drenagem física das águas superficiais e/ou subterrâneas composta por canais de drenagem e delimitada pelos divisores de água (STRAHLER, 2000). Ou como o “conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes”, constituída por divisores de água e cursos d’água principais e afluentes e subafluentes (GUERRA, 1993, p.48). Precisamos concebê-la como o espaço que foi transformado em território por meio das mudanças promovidas pela sociedade que ali se estabeleceu.

O espaço da bacia hidrográfica se torna território quando passa a ser meio e objeto de trabalho, de produção, de troca, de cooperação

entre os membros da sociedade que o ocupa (DEMATTEIS, 1995). Uma bacia hidrográfica se torna território quando passa pelo *processo denominado territorialização*. É por meio desse processo que espaço, paisagem e território interagem formando um todo complexo onde a sociedade expressa suas marcas. Este é o elo conceitual que procurávamos para unir os conceitos analisados nesse artigo.

Processo de territorialização: a ligação conceitual

O processo de territorialização é o efeito da “ação territorial”, que representa uma forma específica de ação coletiva que acolhe, deposita, estratifica e conecta trabalho socialmente mediado e mais ou menos normatizado. Contemporaneamente, a ação territorial reproduz as características fundamentais da lógica histórico-social na qual está incorporada (TURCO, 1986).

Os processos de territorialização podem ser analisados de forma cronológica, como produção de formas e de uma lógica determinada historicamente. Entretanto, nem todo tipo de trabalho realizado em um espaço (ou nem toda a transformação da paisagem) pode ser entendido como ação territorial. Para assim ser considerado deve apresentar, de acordo com Gatti (1994), três características básicas:

1) Promover um processo de *transformação material do espaço*, através do uso do solo e da disseminação dos objetos que estejam progressivamente orientados a liberação das imposições do espaço;

2) O processo de transformação material *deve apresentar sempre um aspecto simbólico*: o homem não pode transformar um espaço sem carregá-lo de símbolos, pois deles necessita para se orientar no ambiente e carregá-lo de significados;

3) Por fim, não se pode territorializar o espaço sem *carregá-lo de informações e construir formas de troca*, cooperação e comunicação, mais complexas que o nível natural.

A ação territorial apresenta assim, três aspectos indissolúveis entre si: material, simbólico e imaterial. Ela se realiza por meio de *processos territorializantes* que, por apresentarem uma grande variabilidade quantitativa e qualitativa, são aplicáveis a categorias fundamentais da ciência geográfica, como é o caso do território. Para Gatti (1994) existem cinco *processos territorializantes* que transformam qualquer espaço em território, os quais são:

1) *Denominação*: o primeiro ato que cria um território é dar-lhe um nome, desta maneira, um simples pedaço de terra (pedaço da

superfície da terra) se torna um espaço identificado. Para dar um nome a um espaço qualquer agimos contemporaneamente tanto material, como imaterialmente. Nesse caso, quando damos um nome, por exemplo, a uma bacia hidrográfica estamos dizendo que ela é diferente de outra qualquer;

2) *Delimitação*: ocorre quando se traça os limites que permitem a identificação e o confronto com outros limites. Traçar limites é um ato material, com função de controle simbólico e um ato de comunicação com o exterior. Cada território é estabelecido através da delimitação de limites e fronteiras, com as bacias hidrográficas não é diferente, pois quando dizemos que os limites ou divisores de água de uma bacia são tais e tais, estamos delimitando suas fronteiras e a diferenciando de outras bacias adjacentes;

3) *Transformação material*: é o processo de mudanças no espaço e na paisagem; faz parte da territorialização. A ocupação de um espaço, como uma bacia hidrográfica, por exemplo, e as modificações ambientais ou paisagísticas decorrentes desta ocupação fazem parte, portanto, do processo de territorialização do espaço;

4) *Comunicação*: a capacidade de sair dos limites da natureza através de formas de comunicação cria redes, malhas e nós que influenciam enormemente sobre as ações territorializantes. Cada ator que participa da produção do território entra em relação de poder com os outros atores, cria redes, que podem ser concretas, simbólicas ou imateriais. Os homens vivem o processo territorial e seus efeitos através de um sistema de relações (RAFFESTIN, 1981⁴). As redes, nesse caso, poderiam ser as rodovias, as hidrovias, as linhas aéreas etc, as quais permitem a comunicação do interior com o exterior da bacia hidrográfica e vice-versa.

5) *Estruturação*: os atores sociais tendem a combinar os fatores precedentes em estruturas dotadas de senso e orientadas a um objetivo: a construção do vilarejo, da cidade, as áreas de cultivo, criação de gado, etc.

Compreender o território significa compreender a lógica dos processos territorializantes, reconhecendo neles as estratégias de ações territoriais, uma particular racionalidade territorial, que se concretiza em um determinado processo de territorialização. Nesse sentido, o território pode ser analisado de duas maneiras:

· Reconstruindo os respectivos processos territorializantes em cada território, econômicos, políticos e culturais.

⁴ Refere-se ao livro "Por Uma Geografia do Poder" edição italiana de 1981.

Analisando o ordenamento atual do território como sendo efeito de diversas estratificações, individualizando as características, imateriais e materiais da sua formação.

Dessa maneira, compreendemos que a ocupação do espaço de uma bacia hidrográfica e a transformação de sua paisagem podem ser entendidas como processos territorializantes, pois o mosaico paisagístico é singular e os atores territorializantes que o criam são diferentes de outras bacias. Sendo assim, cabe fazermos uma análise ou reconstituição dos respectivos processos territorializantes ou transformações dessa paisagem ao longo do tempo compreendendo as relações de poder existentes e identificando os atores sociais, econômicos e políticos responsáveis por essas transformações, que é o objeto da tese de Machado (2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise realizada nesse artigo procurou-se o elo conceitual entre os conceitos-categorias Espaço, Território e Paisagem. Nesta busca, fez-se um debate sintético de cada uma destas categorias-conceitos (ou vice-versa), tomando-se o Espaço como ponto de partida, porém, não o compreendendo como mero receptácu-lo.

No debate realizado foi possível perceber que, por si só, Espaço, Território e Paisagem e acrescentando-se aqui outra variável, o tempo, já se encontram interligados de uma maneira ou outra, entretanto, tal conexão se fortalece quando levamos em consideração o chamado “processo de territorialização”, o que representa a ação coletiva (social) sobre o espaço, transformando materialmente sua paisagem e conferindo a este as características de território.

Sendo assim, a relação entre os conceitos debatidos é encontrada por meio dos processos de territorialização que em geral se apresenta como formas de alteração da paisagem por meio da atuação da sociedade. Tais processos são essenciais para a compreensão das transformações da paisagem e deveriam ser mais bem utilizados nos estudos e pesquisas realizados sobre o tema.

Um último resultado obtido por meio do debate proposto nesse artigo é o fato que os espaços físicos das bacias hidrográficas são um excelente lugar da superfície para procurar-se o elo ou ponto de contato entre as categorias-conceitos Espaço, Território e Paisagem, tornando-se assim, uma boa opção de recorte espacial e temático para estudos e pesquisas na área geográfica e ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. F. *et al.* Paisagem, Espaço e Território. *In: Revista Formação*, nº 11, v. 1, 2004.
- BERTRAND, G. Paisagem e geografia física global – esboço metodológico. *In: Cadernos de Ciências da Terra*. São Paulo: USP/IG, n. 13, 1971.
- BERTRAND, G. Ciência da paisagem, uma ciência diagonal na ciência da Paisagem. *In: Revista Geografica dos Pinineus e do Sudoeste*, v. 42, 2, 1972.
- BERTRAND, G. Entrevista com o professor Georges Bertrand. *In: Revista Geosul*. Florianópolis, v. 13, n. 26, 1998.
- BRUNEAU, M. – Dynamique des paysages et organization de l'espace dans l'aplaine de Sukhotai (Tailândia). *L'Espace Geographique*, Paris, n 3, 1973.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem de sistemas ambientais**. São Paulo: Edgard Blucher, 1999.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In: CASTRO, I. et al (orgs). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- DAMIANI, A. L. **O Espaço no fim de Século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.
- DEMATTEIS, G. **Lê metafore della Terra. La geografia humana tra mito e scienza**. 7ª ed, Milão: Feltrinelli, 1995.
- GATTI, F. Território e sviluppo del locale il microsistema territoriale. *In: MAGNAGHI, A. (org). Il Território dell'Abitare: lo sbiluppato locale come alternativa strategica* – 3ª edição, Franco Angeli: Milão, 1994.
- GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- HAESBAERT, R. **Des-Territorialização e Identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.
- HEIDRICH, A. L. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. *In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. **The dictionary of human geography**, 2ª ed, Oxford: Blackwell, 1994.

- MACHADO, G. **Transformações na Paisagem da Bacia do Rio Marrecas (SW/PR) e Perspectivas de Desenvolvimento Territorial** (Tese de Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, FCT/UNESP: Presidente Prudente, 2009.
- MACHADO, L. M. C. P. **A Serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada**. Tese (Doutorado em Geografia), Rio Claro: UNESP, 1988.
- MOLES, A. A. **Sociodinâmica da Cultura**. São Paulo: Edit. da Universidade de São Paulo, 1974.
- PASSOS, M.M. **A teledetecção aplicada ao estudo da colonização agrícola do Mato Grosso - Brasil**. Um exemplo: a Fazenda Branca/Chapada dos Parecis. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1996.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUEZ, J. M. M. *et al.* (org). **Geoecologia das Paisagens; uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade (ensaios)**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 1982.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 2ª ed., São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2.ed. São Paulo: Hucitec. 1997.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 7ª edição, São Paulo Hucitec, 2002.
- SAQUET, M. A. **Os Tempos e os territórios da Colonização Italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.
- SAQUET, M. A. O Território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D., SPOSITO, E. S. & SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.
- SILVA, A. C. da. **De quem é o Pedaco? Espaço e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SOUZA, M. L. de. O Território: sobre espaço e Poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; & CORRÊA, R. (orgs). **Geografia: conceitos e temas**. RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STRHALER, A. **Geografia Física**. Barcelona: Macgraw-Hill, 2000.

TURCO, A. **Verso una teoria geografica della complessità**. Milano: Unicopli, 1986.

VEIGA, J. E. **Ciência Ambiental: primeiros mestrados**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

VICENTE, L. E.; PEREZ FILHO, A. Abordagem Sistêmica e Geografia. Rio Claro: *In: Revista Geografia*, v. 28, nº 3, set/dez.2003.

ZONNEVELD, I. S. **Land ecology: an introduction to landscape ecology as a base to land evaluation, land management and conservation**. Amsterdam: S. P. B. Academic Publishing, 1986.

**VARIA
SCIENTIA**

Versão eletrônica disponível na internet:
www.unioeste.br/saber